



FUNDAÇÃO PARA O TRATO DE ASSUNTOS CULTURAIS VINCULADA AO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Francisco Ruas Santos

Sinopse

Análise da questão das informações culturais militares terrestres à luz da presente conjuntura de "explosão das informações", a qual exige, simultaneamente, a implantação e o desenvolvimento de modernos sistemas de informações, servidos por equipes interdisciplinares especializadas e integrados num sistema nacional de informações¹ eminentemente civil. Proposta de uma fundação como síntese dialética dessa conjuntura.

Numa segunda parte, visualização da fundação proposta e sugestões quanto à sua viabilização.

Finalmente, para meditação, exame da proposta relativa às correntes do pensamento militar terrestre face à Cultura no âmbito do Exército.

PROPOSTA DE UMA FUNDAÇÃO CULTURAL

Premissas básicas

A Cultura aqui referida é a do conceito implícito na sigla Unesco. Logo, de sua abrangência maior estão excluídos os assuntos de Educação e Ciência, mas não o seu relacionamento

com estas, muito em especial o que toca ao Ensino Militar.

A Informação é uma forma de Energia e, portanto, tal como outras formas desta, um elemento vital para a humanidade como *fator de decisão* e *fator de produção*, além de significar *poder*.

O domínio da Informação é um dos maiores problemas do mundo atual. Para ser obtido re-

corre-se à implantação e ao desenvolvimento de novos e revolucionários *sistemas nacionais de informação* (NATIS/Brasil, no nosso caso), integrados no *sistema mundial de informação* (NATIS). Como corolário dessa concepção sistêmica, o NATIS/Brasil deve ser integrado pelos sistemas setoriais, como o de informações culturais.

Dão corpo ao sistema de informações culturais os documentos de toda ordem guardados nos tradicionais arquivos, bibliotecas e museus, públicos e particulares. No Exército, por conseguinte, integram o respectivo sistema de informações culturais, principalmente: Arquivo do Exército, Biblioteca do Exército e Museu do Exército. Aos acervos aí presentes devem ser acrescentados, dentro da concepção sistêmica, os documentos de órgãos análogos, dentro e fora do Exército, que contêm informações de interesse da cultura militar terrestre, inclusive em mãos de pessoas físicas (arquivos pessoais, por exemplo).

É justamente devido a essa diversidade funcional e espacial de posse que se impõem a implantação e o desenvolvimento do Sistema de Informações Culturais Militares Terrestres.

Conceituação de um sistema de informações moderno

Um sistema de informações moderno é basicamente entendido como o meio de racionalizar, de modo crescente, inclusive através da informatização, o desempenho

das atividades que ele deve desenvolver em entendimento e cooperação com os elementos componentes. Não corresponde, necessariamente, a uma organização administrativa com estrutura hierarquizada (um "chefe de sistema", por exemplo). As necessidades de racionalização, inclusive as de informatização, devem ser atendidas, sempre e quando necessário, por um colegiado, proposto e/ou reunido por solicitação de qualquer dos elementos integrantes do sistema.

As atividades de um sistema de informações, *fundamentalmente de pesquisa básica*, dizem respeito a um complexo de documentação/informação/comunicação e são de:

- inventário / registro / tombamento de documentos (sempre e prioritariamente atendida a sua conservação);
- catalogação;
- indexação;
- disseminação seletiva de informações.

As atividades de um sistema de informações culturais militares terrestres são *atividades-meio do Exército*, ainda que de apoio ou vitais quanto à formulação de sua doutrina, ao ensino militar e à pesquisa aplicada (caso de uma tese ou monografia, por exemplo).

Essas atividades devem ser desenvolvidas por profissionais regularmente formados (arquivistas, bibliotecários, museólogos, comunicadores e outros, como os especialistas em microfilmagem). A formação desses profissionais ocorre fora do Exército e engloba civis.

Substituí-los por não-profissionais é *infringir legislação trabalhista*.

Proporcionar essa indispensável formação profissional especializada ao militar de carreira ou na ativa seria um desvio imperdoável em relação às atividades-fim do Exército. Como corolário, este deve valer-se de profissionais civis na implantação e desenvolvimento do seu sistema de informações culturais, e com a *necessária continuidade* para que ele possa apoiar a doutrina, o ensino e a pesquisa aplicada.

Em contrapartida, o Ministério do Exército, através do Estado-Maior do Exército e do Departamento de Ensino e Pesquisa, deve estar capacitado, segundo diretrizes pertinentes, a solicitar ao sistema o necessário apoio à doutrina, ao ensino e à pesquisa aplicada.

A DACED competiria tornar efetivo esse apoio.

Proposta de uma fundação

Dado o grande distanciamento entre as atividades peculiares a um sistema de informações culturais militares terrestres e as atividades-fim do Exército e, também, o fato de que profissionalmente devem ser desempenhadas por elementos civis, em integração com o sistema nacional de Cultura, necessariamente civil, recomenda-se que sejam desenvolvidas no âmbito de uma fundação vinculada ao Ministério do Exército, através da DACED, englobando os órgãos culturais já referidos e pessoas físicas e jurídicas, militares ou civis,

com vinculação administrativa ou não, *mas sempre em sistema de informações*.

Aceita essa idéia, seria ela viabilizada através de pormenorizada análise de sistema e das normas jurídicas necessárias constantes de anteprojecto oriundo da DACED.

A VIABILIZAÇÃO E A VISUALIZAÇÃO DESSA FUNDAÇÃO

O Sistema de Informações Culturais Militares Terrestres²

Havendo ou não essa fundação, é imprescindível e urgente que se implante e desenvolva, de forma moderna, um sistema de informações culturais militares terrestres.

É imprescindível, porque não existe, nesta era da "explosão das informações", a possibilidade do domínio destas fora de um sistema de concepção moderna, progressivamente informatizado.

É urgente porque no campo cultural está o Brasil muito pouco desenvolvido em relação à sua posição no cenário mundial, em especial a relacionada com a economia. Um exemplo confirma essa assertiva: enquanto nos Estados Unidos um único sistema de informações biblioteconômicas, o de Ohio College, *abrange milhares de bibliotecas*, entre nós talvez o único análogo, o Sistema Bibliodata, gerido pela Fundação Getúlio Vargas, abrange umas vinte bibliotecas apenas, passados alguns anos do início de sua implantação. E

isso sem falar no Sistema Nacional de Arquivo (Sinar), ainda hoje praticamente no papel.

Por isso, recomenda-se uma conscientização do Exército quanto à necessidade da implantação e do desenvolvimento do seu sistema de informações culturais progressivamente integrado no Sistema Nacional de Cultura e informatizado. Felizmente, a Biblioteca do Exército, desde alguns anos atrás, já integra o Sistema Bibliodata.

Dessa conscientização se encarregaria a DACED, segundo normas que proporia ao DEP e este ao Alto-Comando do Exército.

Uma visualização da fundação proposta

É preciso, primeiro, encará-la como um órgão atuante, à semelhança de outras fundações eficientes, como a Fundação Getúlio Vargas.

Já em 1971 era concebida. Ressurgindo agora sua idéia, serviu ela para uma tomada de opiniões. Essa amostragem revelou que é bem aceita.

Vejamos agora, através de exemplos, como se apresentaria na prática essa fundação, para a qual já foi muito bem lembrado o nome do Patrono do Exército, ou Fundação Caxias.

Se considerarmos Cultura, segundo uma de suas muitas e aceitáveis definições, como aquilo que abrange tudo que permite à pessoa identificar-se com o seu passado e o de sua comunidade — ou Memó-

ria —, a Cultura Militar Terrestre, parte da Cultura Brasileira, correspondente à Memória Militar Terrestre, parte, por sua vez, da Memória Militar, e esta da Memória Nacional.

Assim, a Memória Militar Terrestre seria o conjunto de meios e informações através dos quais o Povo se identifica como componente da Força Terrestre em seus sacrifícios e esforços para a preservação dos valores que lhe são caros, especialmente a Integridade Nacional em todos os tempos e lugares, contra ameaças reais ou em potencial.

Tais sacrifícios e esforços, desde o século XVI, podem ser assim grupados:

- lutas com índios hostis;
- lutas com franceses;
- lutas com ingleses;
- lutas com holandeses;
- lutas com espanhóis e seus descendentes;
- lutas com estrangeiros ligados;
- lutas internas;
- lutas pela Independência, obviamente no continente; e
- lutas no ultramar.

É importantíssimo ressaltar que a preservação dos valores inerentes a todas essas formas de luta terrestre seria sempre uma forma de *integração do Povo com seu Exército*.

A partir dessas considerações, podemos imaginar alguns casos interessantes, dentro da concepção da fundação proposta e do sistema já existente, ainda que inorgânico, de museus, parques históricos, for-

tificações e casas relacionadas com chefes militares.

Instalada no edifício do IME, vale dizer, na área carioca de extraordinária atração de turismo interno e externo, ficaria a ação de *lutas no ultramar* (participação do Brasil nas duas Guerras Mundiais, em especial através da FEB, ou em Angola, além de Suez e San Domingo, tudo como exemplo).

Isso não significa, em absoluto, que salas de histórias e museus de unidade deixassem de existir.

Uma seção de *lutas internas* travadas no Rio de Janeiro, também instalada no mesmo edifício, prolongar-se-ia até o monumento dedicado às vítimas da insurreição comunista de 1935, dentro de um roteiro turístico e de ensino assistemático de história militar terrestre.

Aí caberia o monumento aos heróis de Laguna e Dourados, relembrando a guerra da Tríplice Aliança nos seus efeitos em Mato Grosso e o sacrifício que exigiu de um grande contingente de brasileiros.

As Casas de Deodoro e Osório conservariam as peças evocativas não só desses chefes militares como do contexto social e político em que se inseriram, além, obviamente, do militar. Sua integração com a área da Praia Vermelha e outros locais (como por exemplo o Museu Histórico Nacional e o Museu da República) seria feita através de roteiros turísticos judiciosamente estabelecidos e em ligação com órgãos de turismo. O

mesmo ocorreria quanto às fortificações.

Se assim procedéssemos, teríamos na Praia Vermelha um grande e notável museu militar terrestre, como os têm muitos países (Portugal, por exemplo).

No caso particular da FEB, considerando-se que a Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB) devota-se primordialmente à sua memória, poderia ela integrar-se no sistema relativo às lutas no ultramar expresso na Praia Vermelha, quer fisicamente representada por sua documentação histórica, quer simplesmente através de um roteiro turístico.

Dadas as condições precárias de funcionamento da Biblioteca e do Arquivo da ANVFEB, na Rua das Marrecas, Rio de Janeiro, sugerimos que ocupem área própria no Palácio Duque de Caxias desde logo. Aí seria o núcleo da seção de *lutas no ultramar*, além da comodidade de vizinhança com a Biblioteca do Exército e o Arquivo do Exército.³

O estudo de viabilidade necessário partiria de uma visualização mais ampla, segundo a motivação desses casos paradigmáticos.⁴

EXÉRCITO E CULTURA — IDÉIAS PARA MEDITAÇÃO

Examinando-se o nosso passado militar terrestre, verifica-se que jamais houve, na força terrestre, uma atitude firme ou duradoura em relação às informações não clara ou diretamente ligadas à profis-

são das armas, vale dizer, as técnicas-científicas e de segurança. Haja vista, por exemplo, de 1896 até o presente, uma seção dedicada à História e à Geografia Militar no Estado-Maior do Exército foi criada e extinta *várias vezes*. As bibliotecas militares, desde a reforma do Conde de Lippe, no último quartel do século XVIII, surgiram, desapareceram e se reorganizaram. Tudo isso corresponde perfeitamente àquela imagem clássica do trabalho de Sísifo...

Nessa história de incertezas, uma coisa é certa: a força terrestre sentiu sempre a necessidade de dispor de informações que extrapolam do conjunto daquelas estritamente relacionadas com a profissão.

Dentro dessa certeza, duas são as posturas principais do profissional militar terrestre em relação às informações necessárias ao Exército:

— a daqueles que acham caber à força militar terrestre dedicar-se exclusivamente às informações de cunho estritamente profissional, com ênfase nas de segurança, devendo caber as demais, como as culturais, a outros setores, não-militares;

— a dos que se mantêm fiéis à idéia do convívio da *pena com o sabre*, isto é, do trato das informações estritamente profissionais militares com as culturais.

Afirmamos que as duas posturas, corretas em princípio, são incompatíveis entre si e inadmissíveis na prática, em especial a do nosso tempo. Para abonar essa

afirmação, apelamos para as incisivas lições da História Militar Terrestre a partir de 1870.

O que fazer, então?

Conciliá-las segundo a idéia que a própria Crise da Informação Contemporânea sugere: dominar cada tipo de informação segundo especializações mais apropriadas, mas *obrigatoriamente* integrar as informações assim levantadas em sistemas cada vez mais racionalizados ou informatizados.

Segundo essa "idéia de manobra", o profissional militar carece das informações culturais (para a elaboração de um manual de anti-guerrilha, por exemplo), mas não deve buscar o seu domínio por dois motivos: não é um especialista ou um profissional da informação cultural e, principalmente, prejudicaria o domínio que deve ter sobre as informações de cunho profissional, cada vez mais especializadas e amplas, vale dizer absorventes.

O sistema de informações é o meio moderno e providencial de realizar a indispensável síntese entre o saber profissional militar terrestre e o saber profissional civil.

A fundação proposta seria a expressão visível dessa síntese.

NOTAS

1. Trata-se do NATIS/Brasil, parte de um sistema universal de informações (NATIS). Convém lembrar que a necessidade da implantação de um sistema nacional de informa-

ções servido por equipes interdisciplinares foi proclamada na declaração final do 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado anos atrás em Porto Alegre.

2. Já cuidamos pormenorizadamente desse sistema no artigo "O Subsistema de Informação Cultural Militar Terrestre — Uma proposta", inserto no número 700, mar.-abr. de 1982, desta revista. Questões com ele relacionadas foram por nós ventiladas nos números 678, 682, 695, 718 e 681 de *A Defesa*

Nacional, entre jul.-ago. de 1978 e mar.-abr. de 1985.

3. Esboço de plano com esse objetivo foi apresentado pelo autor, na qualidade de Diretor do Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro, e da Biblioteca e Arquivo da ANVFEB ao Ministério do Exército, através da DACED, em 1985.

4. As duas partes até aqui desenvolvidas constam de memória do Centro referido na nota 3 e enviada, a 6 de set. de 1985, à DACED.



O Coronel R/1 Francisco Ruas Santos, da Arma de Infantaria, é possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição Histórica do Exército Brasileiro (1972). Nessa função, idealizou o Centro de Documentação do Exército em 1973. Fundou e dirige o Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de informações, tendo publicado o Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes (1976-1977) e Informação e Indexação.